



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO BAIANA Em defesa do serviço público

Sindicatos que representam os servidores públicos da Bahia vêm esclarecer sobre o significado do Projeto de Reforma da Previdência que ameaça os serviços públicos oferecidos à população e retira direitos dos servidores, bem como repudiar os últimos acontecimentos na Assembleia Legislativa da Bahia, típicos de processos ditatoriais.

Os serviços públicos têm a finalidade de atender necessidades da sociedade, considerando a participação do Estado no fornecimento dos serviços essenciais, cuja suspensão ou interrupção pode causar danos à população. Trata-se de garantias de condições de saúde, educação e de segurança, que são indispensáveis para a vida digna dos cidadãos e que, para tanto, depende da arrecadação de impostos.

Os serviços devem ser acessíveis a todos os cidadãos e cidadãs, sem restrições e sem discriminações. Portanto, devem atingir a maior quantidade possível de pessoas, com qualidade, igualdade no acesso e prezando o interesse coletivo. Daí a necessidade de que sejam oferecidos pelo Estado, com benefícios aos usuários de forma continuada, acessível e impessoal, dado que é fundamental que não fiquem à mercê das instabilidades políticas e de governos.

Para o oferecimento desses serviços faz-se necessário o servidor público, aquele ou aquela que serve ao público, ao povo, à sociedade. O servidor público tem um importante papel na Gestão e administração públicas, o que é de grande relevância para a população, quer seja na esfera federal, estadual ou municipal. Nenhum país, estado ou município funciona sem seu quadro de servidores públicos, que fazem funcionar os serviços colocados à disposição do cidadão e da cidadã.

Quais as razões para que os serviços públicos sejam tão questionados no atual contexto brasileiro?

É um momento de implementação de políticas neoliberais que mercantilizam os serviços públicos em benefício de grupos privados. A reforma da previdência faz parte desse processo





e retira do trabalhador a seguridade social. Trata-se de um pacto entre gerações em que as/os que estão na ativa pagam a previdência com base no seu salário e garante a aposentadoria de quem outrora contribuiu.

Assim, o Fórum de entidades Sindicais de Servidores Públicos da Bahia e suas respectivas Centrais Sindicais entende que a Reforma da Previdência na Bahia não pode se dar no sentido de aos servidores e aos serviços públicos, destacando aspectos que ferem a lógica de servir aos cidadãos e cidadãs a fim de beneficiar os fundos privados de previdência.

Votação na Assembleia Legislativa na Bahia

A justificativa do governo em relação à urgência da votação da Reforma da Previdência não é verdadeira em virtude de que dois pontos que necessitavam de urgente adequação, a criação do Regime de Previdência Complementar e o aumento da alíquota de desconto, foram cumpridos em 2016 e 2018, respectivamente. Para os demais pontos, bem mais simples, havia um prazo de 2 anos.

Entretanto, o governo aproveitou-se das férias de parte dos servidores públicos e momentos de festas de final de ano para enviar o projeto à Assembleia Legislativa da Bahia, custando aos cofres públicos R\$ 50.000,00 para cada deputado que se encontravam em recesso parlamentar em um total de 3,2 milhões de reais. A pressa não era uma necessidade de adequação, mas de impedir que a população tomasse conhecimento do processo e os servidores tivessem dificuldade em reagir. Com a reação dos servidores e após duas medidas judiciais que retardaram a votação, esta foi realizada surpreendentemente em plena sexta-feira à noite. A votação que deveria se dar em dois turnos, deu-se de forma apressada, em uma verdadeira “correria” e com uso da força contra os trabalhadores, indignados com a ausência de diálogo.

Somos cidadãos e cidadãs à serviço da sociedade baiana!

